

# Novos Arranjos Institucionais para o Fortalecimento da Agricultura Familiar: Uma abordagem territorial<sup>1</sup>

Cléber Dias Silva Júnior<sup>2</sup>

Maria Amália Gusmão Martins<sup>3</sup>

Assunta Helena Sicoli<sup>4</sup>.

**RESUMO:** O artigo contextualiza uma ação de articulação institucional voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e para a institucionalização da identidade em três territórios rurais – Sisal (BA), Nordeste Paraense (PA) e Grande dourados (MS) – projetada para o período de 2006 a 2011 e apresenta os principais resultados da iniciativa, até então obtidos, bem como os respectivos impactos na dinâmica dos territórios atendidos.

**Termos para indexação:** territórios rurais, desenvolvimento sustentável, articulação institucional, desenvolvimento territorial

## 1. INTRODUÇÃO

Entre os vários constrangimentos enfrentados pelos agricultores familiares, podem-se destacar a inexistência ou a indisponibilidade de serviços e informações adequadas às suas necessidades. Esses serviços e informações são vitais para o sucesso das unidades de produção familiar, na medida em que o seu acesso possibilita melhores níveis de produtividade e renda e, portanto, viabilidade econômica. As organizações dedicadas a essa temática não conseguiram responder de forma adequada às necessidades de alguns segmentos que, por suas peculiaridades, exigem atuação diferenciada, inclusive do ponto de vista metodológico.

O fortalecimento da agricultura familiar requer das organizações envolvidas algumas competências não disponíveis numa única organização e, mais que isso, uma compreensão que extrapola o

---

1 Texto apresentado ao VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Este trabalho é um desdobramento do trabalho preliminar apresentado no IV Encontro SOBER Regional Nordeste, na cidade de Campina Grande – PB, entre os dias 03 e 05 de novembro de 2009 (NASCIMENTO ET AL., 2009).

2 Bacharel em Administração. E-mail: [cleber\\_dias@yahoo.com.br](mailto:cleber_dias@yahoo.com.br)

3 Engenheira-agrônoma, Doutora em Sociologia, técnica da Embrapa Informação Tecnológica. Parque Estação Biológica - PqEB (Final W3 Norte), s/n°. Brasília, DF (CEP 70770-901). E-mail: [amalia.martins@sct.embrapa.br](mailto:amalia.martins@sct.embrapa.br)

4 Socióloga, Mestre em Sociologia, técnica do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa. Parque Estação Biológica - PqEB (Final W3 Norte), s/n° - Edifício Embrapa Sede, sala 219. Brasília, DF (CEP 70770-901). E-mail: [assunta.sicoli@embrapa.br](mailto:assunta.sicoli@embrapa.br).

conhecimento monodisciplinar. Todavia, os esforços de articulação institucional e adoção de uma metodologia adequada a esse público ainda não são suficientes, na ausência de uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico apropriada. Nesse sentido, robustecer a agricultura familiar requer a consideração dos aspectos culturais e sociais próprios dessa agricultura, sem perder de vista a relação da atividade produtiva com a permanência desses agricultores na sua região de origem. Atrelado a isso está a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, pensando-se na qualidade de vida da população atual e das gerações futuras. Essas premissas compõem o escopo do desenvolvimento sustentável.

Atento à questão da sustentabilidade e à necessidade de se construírem soluções para o meio rural a partir do ponto de vista da sociedade diretamente afetada, têm-se intensificado ao longo dos últimos anos no Brasil ações de desenvolvimento rural sustentável com uma abordagem territorial.

Dados estes referenciais, o presente trabalho busca apresentar uma experiência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) denominada Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar.

Pretende-se demonstrar como arranjos institucionais compostos por relações horizontais entre o poder público e a sociedade civil podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e da conseqüente institucionalização da identidade de um território rural. Para isto, serão utilizados como objeto de análise os principais resultados da referida iniciativa e seus respectivos impactos na dinâmica dos territórios atendidos.

## **2. A AGRICULTURA FAMILIAR COMO SEGMENTO PRODUTIVO A SER FORTALECIDO**

Com o advento da globalização, na segunda metade do século XX, o setor agrícola deparou-se com a necessidade urgente de adoção de novas tecnologias nos seus processos de produção. É fato incontestável que nas últimas décadas, a partir do paradigma da Revolução Verde, foi crescente a incorporação de fatores de produção adicionais (sementes melhoradas, agrotóxicos e maquinaria) aos sistemas produtivos agrícolas do mundo. No contexto brasileiro essas incorporações no setor corresponderam à fase de “modernização da agricultura” (MONTROYA e GILHOTO, 2001). Identifica-se, assim, a integração da agricultura à produção industrial, no que se passa a denominar por Agronegócio.

A necessidade de investimentos em tecnologias com vista ao alcance da mais alta produtividade surge como decorrência da chegada da racionalidade econômica ao campo. O modelo produtivista

de desenvolvimento requereu do agricultor uma expertise gerencial e aportes de capital que não estavam disponíveis a todos.

A migração da agricultura tradicional para essa agricultura tecnológica distancia os principais segmentos sociais existentes no setor agrícola. Floresce economicamente a empresa rural, inserida no novo paradigma produtivo e voltada prioritariamente para o mercado externo, e mantém-se à margem dessa dinâmica a agricultura familiar, relevante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Isso representou, de um lado, a presença do Estado em ações de fortalecimento do agronegócio, ou seja, segundo Montoya e Gilhoto (2001), das indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura e das indústrias processadoras e de serviços de base agrícola e, por outro lado, a invisibilidade para a agricultura de base familiar, como destacado abaixo.

O setor primário brasileiro aparece como o principal gerador de divisas [historicamente] e, em alguns momentos, como fomentador do processo de industrialização do país. Dentro deste contexto a porção marginalizada do setor primário – hoje identificada como agricultura familiar, estava submetida a uma crônica invisibilidade, apesar de contribuir significativamente para o abastecimento do mercado interno (FIALHO e WAQUIL, 2008).

A aparente constatação de que grande parte dos problemas sociais do meio urbano está relacionada ao êxodo rural (FIALHO e WAQUIL, 2008), bem como a verificação de que a melhoria da qualidade de vida do meio rural não aconteceu, a pressão dos movimentos sociais por uma melhor distribuição da propriedade fundiária e o reconhecimento parcial de que as grandes propriedades rurais incentivam o “esvaziamento social” do campo, dentre outros fatores, contribuíram para recolocar a agricultura familiar novamente em discussão.

De acordo com Baudel Wanderley (2001), “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”. Deduz ainda a autora que essa dinâmica marcada pela diversificação econômica e pela pluriatividade é proveniente da agricultura de base familiar.

Todavia, a agricultura familiar, em especial aquela de subsistência, enfrenta sérios problemas, muitos deles agravados por um histórico de ausência do Estado, como a falta de terra, escassez de mão-de-obra, o gerenciamento espontâneo com pouca profundidade, a baixa escala de produção, a competição internacional injusta (subsídios internacionais) e a falta de associativismo (BLUM, 2001). Além dessas limitações, põe-se como desafio o acesso a informações e tecnologias adequadas, a ausência de agregação de valor aos produtos e a própria comercialização.

A busca da solução ou mitigação desses problemas passaria pela adoção de uma estratégia política e econômica de Estado, que tivesse como objetivo superar esse estado de coisas pela

integração democrática dos sujeitos sociais do campo na dinâmica de desenvolvimento dos mais variados setores econômicos e segmentos sociais do país. Ou seja, não se trata de mudanças apenas relativas à inserção tecnológicas, como bem ressalta LAKI (1995), citado por Blum (2001):

É necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso, fazê-lo em todo elo da cadeia agroalimentar; isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes.

Assim, visando ao crescimento da produtividade da família agrícola e o fortalecimento das relações sociais democráticas do campo, faz-se necessária a incorporação do agricultor familiar e de outros sujeitos institucionalizados – órgão da administração pública, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, empresas agroindustriais – na definição de uma estratégia sustentável que considere os aspectos endógenos e exógenos ao meio rural.

### **3. A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (RURAL) SUSTENTÁVEL**

Hoje o “desenvolvimento sustentável” surge como estratégia para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares. Mas de que “desenvolvimento sustentável?” se trata aqui? Em que diverge do modelo de desenvolvimento e de crescimento econômico que conhecemos? Em que medida essa nova estratégia pode contribuir para o progresso no meio rural?

O termo é objeto de diferentes definições, que variam conforme a orientação ideológica dos seus construtores, podendo representar pontos de vista completamente antagônicos. Baroni (1992) chama a atenção para a diversidade de idéias e conseqüente imprecisão na conceituação do termo. Ao reunir em seu estudo onze conceituações para o termo, a autora mostra que o desenvolvimento sustentável pode significar, por um lado, o desenvolvimento na sua acepção mais tradicional, acrescentando algumas vezes uma referência à garantia da sobrevivência das gerações futuras, e, por outro lado, pode representar um novo modelo de reprodução social da vida.

Para a corrente mais tradicional, o termo refere-se ao alcance constante da satisfação das necessidades e melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio da redução da pobreza, minimização da exaustão dos recursos ambientais e garantia da estabilidade social (ALEN, 1980; BARBIER, 1987, citados por BARONI, 1992).

Para os que extrapolaram a concepção mais tradicional, desdobrando os princípios da definição da Comissão de Brundtland<sup>5</sup>, o desenvolvimento sustentável traduz-se num processo de mudança

---

<sup>5</sup> Trata-se da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland. Essa comissão elaborou o relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, no âmbito da Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” – com informações colhidas ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais relacionadas ao uso da terra.

social que não se resume apenas à melhor e mais adequada utilização dos recursos naturais, mas preocupa-se com a democratização do acesso aos recursos naturais, com a distribuição dos custos e benefícios de sua utilização e com participação da população na condução política da sociedade (DIEGUES, 1992).

Para Lélé (apud BARONI) a estratégia de desenvolvimento sustentável deve ser caracterizada pela viabilização econômica, equidade social, sustentabilidade, aceitabilidade estética...para tratar com os problemas ambientais e fornecer condições de desenvolvimento, por meio da mobilização da sociedade, com vista a definição democrática pelo atores sociais do estilo de vida e dos padrões de consumo e produção necessários à continuidade da vida humana.

Ressaltando o ponto de vista do mesmo autor, Baroni (1992) destaca que “o valor do conceito de desenvolvimento sustentável está na sua capacidade de gerar um consenso operacional entre grupos com respostas (*à idéia de sustentabilidade*) fundamentalmente diferentes”.

Nesse sentido, considerando a necessidade de agregar, compartilhar e dar exequibilidade, se faz oportuna a utilização de uma estratégia de desenvolvimento que considere as especificidades de um agrupamento social, sem perder de vista a vinculação, ainda que limitada, mundial trazida pela globalização.

Ao agregar a sustentabilidade à noção de desenvolvimento, na busca pela conciliação entre crescimento econômico, distribuição de renda e a conservação dos recursos naturais para essa e futuras gerações, assume-se alguns princípios resultantes da “ética” do paradigma da ecologia, como soluções adaptadas a cada situação e ecossistema, atuação em pequena escala e processos participativos (DIEGUES, 1992).

Com isso, gerou-se um terreno fértil para o tratamento do desenvolvimento a partir de um enfoque local, nos moldes das abordagens endógenas<sup>6</sup>. O avanço dessas abordagens permitiu a configuração do desenvolvimento local, mais precisamente do desenvolvimento territorial rural, adotado no presente trabalho.

Como aponta Trenti e Wesz Junior (2005), essa abordagem pretende um “desenvolvimento territorial sustentável por seu espaço e não por seus aspectos temporais e setoriais”. Nas palavras de Oliveira (2008)<sup>7</sup>, citado por Trenti e Wesz Junior (2005):

---

6 As abordagens endógenas surgem localmente, ou seja, consideram a perspectiva do contexto imediato no desenvolvimento de metodologias, projetos ou outras iniciativas.

7 OLIVEIRA, H. Criando as condições para a valorização dos territórios. In: MDA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Texto para discussão 4. Brasília: MDA, 2003.

“...os territórios são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas, que vai muito além de seus atributos naturais e que desempenham função ainda pouco conhecida no desenvolvimento econômico”.

O território aqui não é visto apenas como um ente federado – um estado ou município – ele representa uma configuração social, determinada pelas suas relações sociais de reprodução da vida, o que engloba aspectos culturais e simbólicos, dinâmica produtiva, utilização habitual dos recursos naturais disponíveis e principalmente, as relações de poder e tomada de decisão sobre os assuntos do território.

Perico (2009), explicando estratégia política do governo brasileiro para o meio rural e fortalecimento da agricultura familiar, relaciona o território como a identidade constitutiva de um espaço político-institucionalizado, como segue:

Entendemos, por território, a dimensão política do espaço – quando este é referido reconhecido e identificado – enquanto unidade da gestão política que o distingue e o atribui existência, de certa forma institucionalizada. (...) o território pode, inclusive, chegar a constituir-se num espaço descontínuo. O elemento central da reflexão que nos ocupa é o fato de a identidade – como expressão de traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço – converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de descrever e caracterizar o território, o mais importante é que a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento ao definir e dar suporte ao caráter das forças motoras que possibilitam avançar na conquista do bem estar.

Essa concepção de desenvolvimento, como ressalta Brose(1999), citado por Trenti e Wesz Junior (2005), permite entender o “meio rural” como um espaço não apenas agrícola, mas que leva em consideração as pequenas cidades configuradas como espaço urbano que tem sua dinâmica econômica e social atrelada às atividades agrícolas.

Baudel Wanderley (2001), ao discorrer sobre o meio rural refere-se a “um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais”. Completa destacando que embora não seja um espaço isolado no universo, autônomo, possui particularidades históricas e culturais que o constitui como tal. Um ambiente com uma dupla face:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (BAUDEL WANDERLEY, 2001)

Logo, verifica-se que a referida estratégia de desenvolvimento coloca o meio rural como portador de soluções para as dificuldades do campo e da cidade. Trata-se de uma alternativa necessariamente associada ao projeto maior de sociedade que se opta por adotar.

Nesse sentido, a partir de meados da década de 1990, com a instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, no âmbito desse ministério, verificou-se uma valorização das políticas e programas de desenvolvimento rural com enfoque territorial no Brasil. Desde então, ao longo das duas últimas décadas o que se assistiu foi um aprofundamento dessa temática, tanto no ambiente acadêmico quanto na formulação e execução de políticas públicas.

No MDA, a partir de 2003, foi criada uma secretaria específica para cuidar do tema – a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com a missão de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (BRASIL, 2009).

Como corolário da entrada dos territórios na definição das políticas públicas, em 2008 foi criado pelo governo federal o programa Territórios da Cidadania, que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, focando as áreas mais carentes do país. Para isso, o programa preconiza a participação social e a integração de ações entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) como fundamentais para a obtenção de bons resultados.

Com um ambiente favorável ao enfoque territorial e com demandas concretas do governo federal, a Embrapa foi chamada a atuar na temática, até então uma novidade conceitual para o seu corpo técnico. Assim, em 2004, foi elaborado um projeto para que a Empresa pudesse participar, juntamente com várias entidades parceiras, de ações voltadas para a agricultura familiar, tendo como referencial principal a abordagem territorial.

#### **4. OS NÚCLEOS DE AGRICULTURA FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Os Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar (NAFs) foram gestados no âmbito do Programa Agrofuturo<sup>8</sup>, cujo objetivo maior é o de contribuir para melhorar a competitividade, a eficiência e a equidade do setor agropecuário brasileiro, por meio da geração e transferência de conhecimentos e tecnologias (EMBRAPA, 2004).

---

<sup>8</sup> O Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão da Pesquisa Agropecuária, é um programa do Governo brasileiro, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob a administração da Embrapa, com a prazo de duração previsto de 5 anos.

O Agrofuturo é composto por cinco componentes<sup>9</sup>, sendo que o seu Componente 3, relativo aos NAFs trata, especificamente, de apoiar iniciativas de integração social e produtiva da agricultura familiar, tendo como referência a atuação em territórios.

Os NAFs têm por função integrar e potencializar os esforços institucionais e dos agricultores, em prol do fortalecimento da agricultura familiar. As ações dos Núcleos, somadas aos demais componentes do Agrofuturo, em especial o de Financiamento de P&D em Áreas Estratégicas, devem contribuir para a melhoria do atendimento das necessidades dos agricultores familiares, em termos de acesso aos conhecimentos disponíveis e geração e/ou adequação de conhecimentos que possam oferecer soluções a esses agricultores. Concebidos como centros de convergência de várias organizações, os NAFs visam ao atendimento dos agricultores familiares numa perspectiva de resgate e geração de conhecimentos, compreendendo e respeitando a dinâmica dessas comunidades e, como espaço de aprendizagem, contribuindo para uma convivência construtiva entre técnicos e agricultores, bem como para o empoderamento dos atores envolvidos, além de buscar catalisar esforços que criem condições para um desenvolvimento territorial sustentável.

Portanto, o objetivo geral da iniciativa é desenvolver arranjos institucionais como alternativa capaz de catalisar os esforços das organizações públicas, privadas e não governamentais, com vistas a incrementar o desenvolvimento tecnológico e de gestão da agricultura familiar, contribuindo assim para sua inclusão econômica e social, tendo como princípio o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Entre os objetivos específicos estão:

- i) promover a melhoria da socialização e a efetividade de conhecimentos que impulsionem a agricultura familiar, aí incluídas as áreas de produção, agroindustrialização, gestão, mercado e comercialização.
- ii) estimular e qualificar as organizações participantes para que a identificação de demandas e as ações de pesquisa, de transferência de tecnologia e de apoio ao desenvolvimento se dêem com base na participação direta dos atores locais, sobretudo dos agricultores, além de constituir um espaço para articulação de competências e para a construção de conhecimentos que integrem o saber popular e técnico.
- lii) sistematizar e disponibilizar, adequadamente, conhecimentos e tecnologias necessárias ao fortalecimento da agricultura familiar.

---

9 Os componentes constituintes do Programa AGROFUTURO são: (i) Sistema Competitivo de Pesquisa e Desenvolvimento; (ii) Fortalecimento de Capacidades em Áreas Estratégicas; (iii) Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para Agricultura Familiar; e (iv) Integração Regional e Internacional.



iv) articular ações junto às organizações envolvidas, de forma sistemática e eficiente, com vistas a apoiar a gestão do agronegócio associativo inovativo da agricultura familiar.

Para a seleção dos locais de implementação dos Núcleos, considerou-se o ordenamento territorial estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um dos parceiros da iniciativa. Três NAFs foram concebidos e planejados para os seguintes territórios: Sisal/BA<sup>10</sup>, Nordeste Paraense/PA<sup>11</sup> e Grande Dourados/MS<sup>12</sup>. Os Núcleos começaram a ser implantados no segundo semestre de 2006 e, apesar das dificuldades iniciais referentes a definição de local de funcionamento do escritório, mobilização de parceiros e sistematização das instalações físicas propriamente ditas, já no primeiro ano de sua implementação foi possível a constatação de avanços na articulação entre as instituições participantes, respeitadas as suas instâncias de atuação – a Embrapa e o MDA com mandato federal o sistema Sebrae mandato estadual, as associações de produtores atuando regionalmente e as Prefeituras, localmente.

#### **4.1. Breve Descrição dos Territórios<sup>13</sup>**

##### **4.1.1 Grande Dourados**

O Território Grande Dourados é caracterizado pela Bacia Sedimentar do Rio Paraná. O relevo situa-se a uma altitude de 300m a 480m acima do nível do mar. Predomina o clima tropical úmido, com estação chuvosa concentrada no verão e seca no inverno. As temperaturas dos meses mais frios situam-se entre 15° Centígrados, com mínimas absolutas entre 4 ° e 6 °C quando das correntes polares vindas do sul.

O Território caracteriza-se por apresentar solos latossólicos – predominam os latossolos vermelho-escuros e latossolos roxos – com elevado potencial produtivo e econômico pela diversidade de cultivos que pode comportar. Essas características propiciam durante o ciclo de verão a produção de soja, milho, arroz, mandioca, algodão, feijão e cana-de-açúcar. No inverno, as culturas que se

---

10 O território da região sisaleira é constituído pelos municípios de Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente, Ichu, Itiuba e Lamarão.

11 O território do Nordeste Paraense é constituído pelos municípios de Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Irituia, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Paragominas e Ulianópolis.

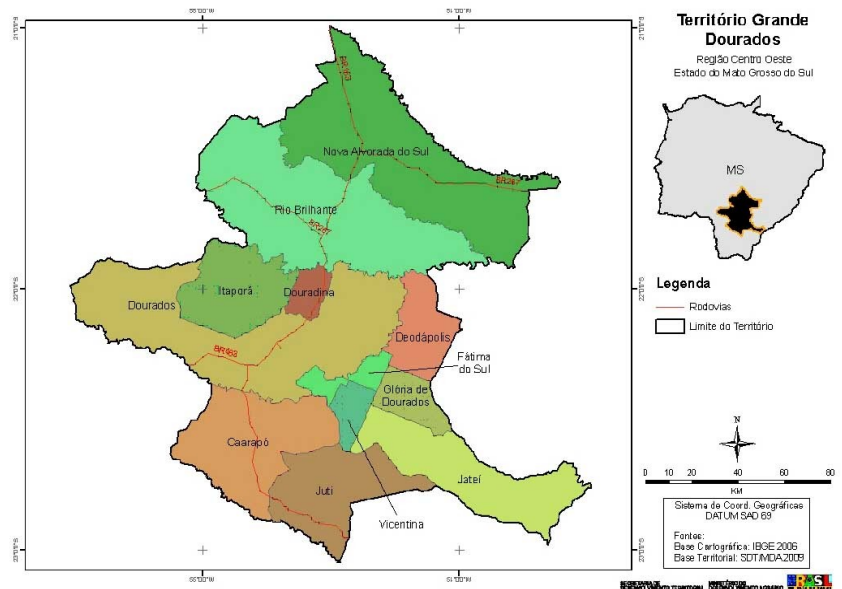
12 O território da Grande Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, é formado pelos municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Rio Brilhante e Vicentina (Mapas 1, 2 e 3). Vale dizer que esses três territórios são considerados Territórios da Cidadania, pelo MDA.

13 Esta seção é fortemente fundamentada nos levantamentos de Sayago (2007).

destacam são trigo, milho safrinha, girassol, sorgo, aveia, dentre outras menos expressivas (SAYAGO, 2007).

A extensão territorial é de 22.119 Km<sup>2</sup>, possuindo uma população de 294.338 habitantes, segundo o Censo de 2000. Deste total, 83,0% moram na área urbana e apenas 17,0% na área rural. De acordo com as estatísticas estimadas do IBGE para 2009, a população é de 321.889.

Habitam na região 15.631 índios das etnias Guarani, Kaiuá e Terena, que representam 35,4% da população indígena do Estado, que é estimada em 44.099 mil. Eles estão divididos em nove aldeias localizadas nas cidades de Dourados, Caarapó, Juti, Douradina e Maracaju, ocupando uma área total de 21.274 ha, equivalente a 3,4% dos 617.593 mil ha de terras ocupadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul.



No Território encontram-se quinze assentamentos da reforma agrária distribuídos em 30.257 ha e ocupados por um total de 1.278 famílias. Os assentamentos estão localizados em Juti (2), Caarapó (1), Dourados (2), Rio Brillante (9) e Jateí (1) (SAYAGO, 2007).

#### 4.1.2. Sisal

Segundo informações da SEI (2004), o governo da Bahia agrupou os 417 municípios baianos em 26 Territórios de Identidade, considerando fatores comuns de interesses e buscando atender as demandas das comunidades territoriais.

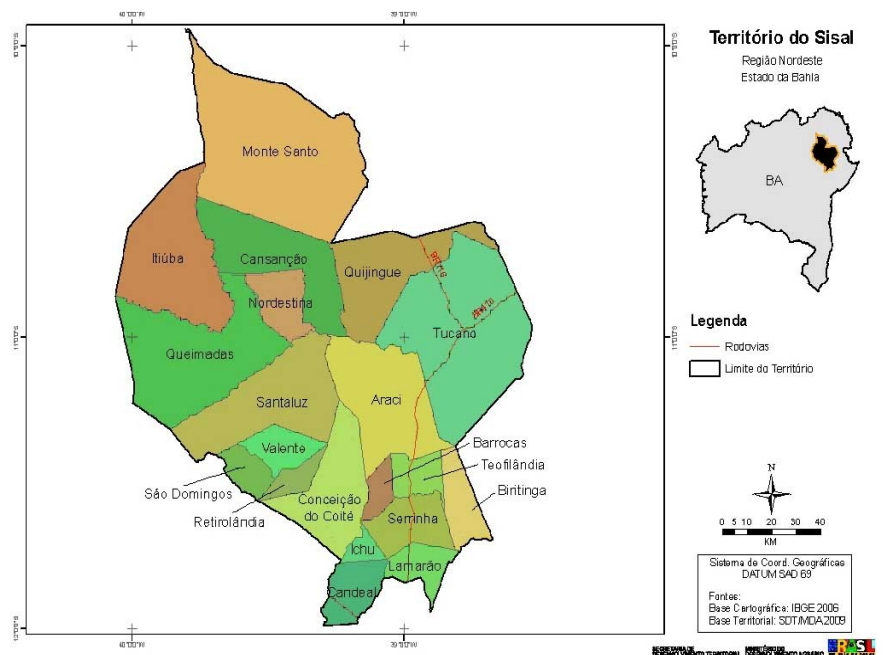
O Território de Identidade do Sisal (TIS) é mais conhecido como Região Sisaleira e está localizado no semi-árido<sup>14</sup> nordeste do Estado da Bahia. Possui 20 municípios, classificados entre os mais pobres do Brasil, que possuem IDHs compreendidos entre 0,520 e 0,660, segundo dados da ONU. De acordo com os dados do IBGE, a população do Território estimada para 2006 era de 567.470 habitantes. O TIS constitui um sistema complexo, dotado de uma população com traços

14 O Semi-Árido do Nordeste abrange a maior parte do território de oito Estados do Brasil (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA) e parte do norte de Minas Gerais, numa extensão aproximada de 100 milhões de hectares.

característicos em sua cultura, história, religiosidade, prática de vida e em sua dinâmica econômico-social.

Entre as principais atividades desenvolvidas podem-se destacar, além das atividades de cultivo do sisal e exploração das pedreiras, a pecuária extensiva, a agricultura familiar de subsistência e o artesanato. A pluriatividade é percebida pela presença do artesanato, que também é uma das principais fontes de renda na região.

No Território do Sisal, a maior parte da população (em torno de 64,0%) vive na zona rural, tendo a agricultura e a pecuária como suas principais atividades econômicas. Os indicadores mostram o atraso relativo no desenvolvimento desses municípios: a taxa de analfabetismo é de 34,2%; apenas 35,5% das casas são servidas por água tratada; e só 22,8% contam com serviços de esgotamento. No que se refere a renda (R\$80,57 de renda per capita), o percentual das famílias que vivem com até um salário mínimo é de 37,4% e apenas 1,6% têm renda familiar per capita superior a cinco salários mínimos. O que chama atenção nesse Território é a atuação do terceiro setor nos seus diversos municípios e o associativismo e cooperativismo são práticas comuns na região.



O ecossistema do Território apresenta grande diversidade, traduzindo-se em caatingas (vegetação predominante) e florestas decíduais, onde as plantas possuem a capacidade de preservar seu ciclo de vida através da perda da sua folhagem. No TIS a temperatura varia entre a mínima de 21°C e a máxima de 32°C. No que se refere ao clima, seis dos municípios que pertencem ao TIS possuem clima subúmido a seco, dois possuem clima árido e doze possuem clima semi-árido.

O clima é caracterizado por longos períodos de estiagem e baixa a média pluviosidade, que varia entre 5,9mm (Quijingue) e 1000mm (Lamarão) ao ano, tornando o solo da região ácido. Devido a baixa pluviosidade e a acidez do solo, os lençóis freáticos são geralmente salobros. O relevo do TIS é caracterizado pelo pediplano sertanejo e pelos tabuleiros interioranos. Quanto aos rios e riachos, são em grande maioria intermitentes e quase todos bloqueados por barragens, que servem como

reservatórios de água. Todos esses fatores climáticos foram determinantes para a adaptação, implantação e sucesso do sisal na região.

O TIS assinala-se como receptor propício de políticas públicas, visto que a sociedade civil vem acumulando experiências de gestão e cooperação. De acordo com Gomes (2007), a região do sisal vem sendo apontada como um *locus* diferenciado de participação social, atribuída a uma ampla organização e mobilização dos movimentos sociais, onde as ações da sociedade civil organizada são frutos de um processo histórico de forte mobilização.

#### 4.1.3. Nordeste Paraense

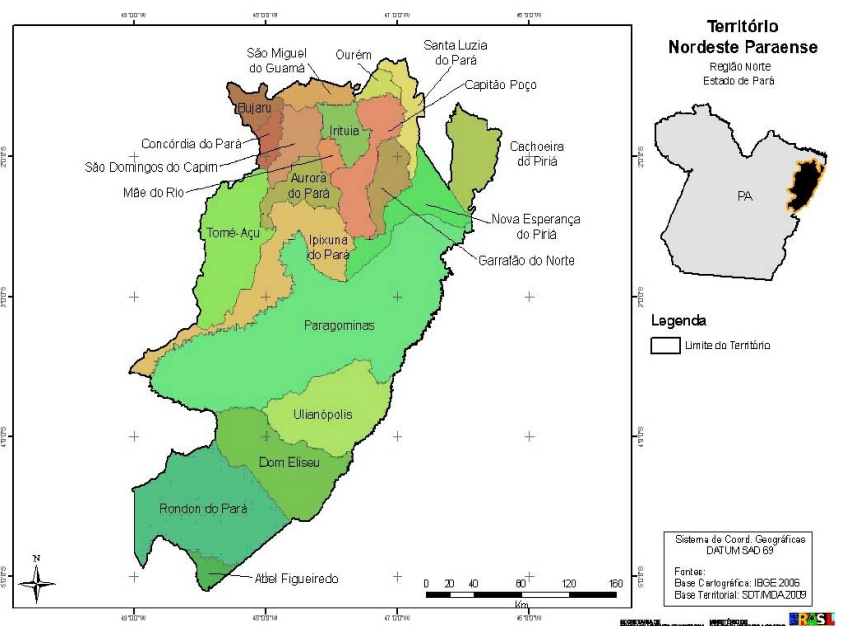
O Pará tem uma extensão de 1.247.690 km<sup>2</sup> e 6.192.307 habitantes, dos quais 4.120.693 são moradores urbanos e 2.071.614 são moradores rurais, representando uma das mais importantes frentes de colonização agrícola do País, onde acontecem freqüentemente conflitos fundiários.

Com extração de madeira, abertura das florestas para implantação de

pastagens e alterações nos rios ocasionadas pela extração de minério, o Pará tem relevante participação nos 75,0% das emissões de gás do Brasil decorrente do desmatamento e das queimadas na Amazônia.

Nesse ambiente, o sistema agrário tem se convertido em uma grande área de pastagem com aumento considerável do rebanho bovino. Ou seja, a pecuária está inserida nos sistemas de produção de fazendeiros e de pequenos produtores. Além disso, as atividades madeireiras e a exploração mineral são mais dois elementos que compõem essa paisagem. Assim, as atividades econômicas são centradas na exploração florestal, na pecuária bovina, nas culturas temporárias de milho, feijão, arroz, mandioca e nas culturas perenes de cacau e pimenta-do-reino.

O Território Nordeste Paraense é formado por 15 municípios, compartilhados em duas microrregiões. A microrregião de Paragominas abrange os municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis e a microrregião do Guamá abrange mais doze municípios: Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova



Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

A extensão total do Território é de 53.255,30 km<sup>2</sup>. Em 2006, a população estimada do Território alcançou a cifra de 526.194 habitantes. A população da área rural, segundo dados do IBGE, era de 237.250 habitantes, contra 209.606 da área urbana. Esse dado mostra que 53,0% da população total do Território tem como principal fonte de renda atividades econômicas ligadas à agropecuária.

No Território, encontram-se em torno de 20 aldeias com aproximadamente 1,5 mil indígenas que praticam a agricultura e a pecuária. O grupo indígena Tembé-Guamá localiza-se nas nascentes do rio Guamá e a Colônia Indígena do Canindé, ocupa parte do município de Paragominas (SAYAGO, 2007).

No Território também encontram-se oito comunidades remanescentes de quilombolas, localizadas em cinco municípios. No município de Cachoeira do Piriá localiza-se o maior número de comunidades, onde vivem 130 famílias. Em São Miguel de Guamá vivem 35 famílias. Nos municípios de Capitão Poço, Itituaia e Santa Luzia do Pará há um total de 170 famílias, cujas comunidades ainda não têm regularizadas suas terras.

O Território possui 49 assentamentos da Reforma Agrária, assim distribuídos: 11 em Capitão Poço, 10 em Ipixuna do Pará, 7 em Paragominas, 5 em Ulianópolis, 5 em Aurora do Pará, 4 em Dom Eliseu, 2 em Cachoeira do Piriá, 2 em Nova Esperança do Piriá, 2 em São Domingos do Capim e 1 em Santa Luzia do Pará.

## **4.2. PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS**

Os Núcleos se propõem à contribuir na qualificação de iniciativas específicas e prioritárias para a agricultura familiar, por meio da capacitação e do intercâmbio propiciado entre os diversos atores locais, desenhando um modelo de prospecção, difusão e consolidação do conhecimento baseado nas reais necessidades da agricultura familiar e calcado na rede de multiplicadores formada por técnicos e agricultores familiares, consolidando assim, metodologias participativas em quatro estratégias de ação:

**1) Difusão e Promoção Tecnológica**, onde busca-se: a) formação de multiplicadores que promovam a utilização de conhecimento e tecnologias que elevem os níveis de produtividade e renda dos agricultores familiares; b) promoção de intercâmbios tecnológicos entre técnicos e agricultores, com vistas à introdução e/ou adaptação de métodos que ampliem a efetividade dos processos adotados e retroalimentem os pressupostos das instituições de pesquisa, considerando

as necessidades reais desse público; c) estabelecimento entre os atores locais de mecanismos de socialização de conhecimento e tecnologias em linguagem apropriada aos usuários finais e conectados ao processo de desenvolvimento local; d) assessoramento à implantação de unidades demonstrativas, à realização de dias de campo, à promoção de eventos de transferência de tecnologias.

Assim, é fundamental que haja integração de esforços do governo e do terceiro setor para o apoio efetivo aos agricultores, por meio da capacitação de profissionais que possam prestar uma assessoria de resultados, propondo e implementando soluções para os reais problemas enfrentados. Complementarmente a este esforço, os Núcleos deverão identificar os meios e formas de comunicação adequados à realidade de seus territórios de atuação, privilegiando aqueles que facilitem o fluxo, a troca e a adoção de informações e conhecimentos de forma dinâmica, interativa e instantânea, bem como o acolhimento de demandas.

**2) Promoção de Pesquisa e de Gestão Tecnológica**, objetivando-se: a) estabelecimento de diretrizes e ações dos Núcleos consolidadas em um Plano de Trabalho construído de forma participativa pelos atores locais, sobretudo pelos agricultores familiares, buscando soluções para os principais problemas detectados; b) classificação e encaminhamento das demandas baseados em três tipos: Tipo 1) identifica-se a solução e fazem-se os encaminhamentos necessários para que a demanda seja atendida; Tipo 2) identifica-se qual ou quais instituições podem executar ações de pesquisa e desenvolvimento que solucionem o problema, inclusive negociando e articulando com organizações dentro e fora do território onde se localizam os Núcleos; Tipo 3) realiza-se o encaminhamento das demandas às organizações, na medida em que situam-se fora do ambiente das organizações que atuam especificamente com as questões ligadas à área rural e à geração de ciência e tecnologia (exemplo: demandas nas áreas de educação, saúde, transporte e energia).

No caso específico das soluções tecnológicas, os Núcleos deverão envidar esforços no sentido de uma boa articulação com as universidades estaduais e federais, bem como com faculdades isoladas com potencial de atuação nos territórios, no sentido de incentivar pesquisas e geração/sistematização de conhecimentos sobre o mesmo, estabelecendo com essas instituições parcerias capazes de beneficiar diretamente as comunidades dos territórios em questão. A ação das universidades e instituições isoladas de ensino superior no âmbito dos territórios pode se dar em termos de atividades acadêmicas curriculares, como a orientação de estágios supervisionados nas áreas atendidas pelos Núcleos e visitas técnicas orientadas, ou em termos de atividades de extensão universitária, envolvendo alunos e docentes, como, por exemplo, a realização de treinamentos de curto prazo para agricultores e técnicos multiplicadores ou a promoção de eventos culturais ou técnicos.

**3) Agência de Informação**, que busca: a) identificação e sistematização das demandas dos agricultores familiares por informação tecnológica e ampliação do acesso a informação, conhecimentos e tecnologias por meio da validação de metodologias elaboradas, identificação das principais fontes de informação, definição de conteúdo e de linguagem adequados à agricultura familiar, seleção de técnicas adequadas à transformação dos dados brutos em informação com valor agregado; b) estruturação da informação de forma hierárquica levando em consideração: i) os suprimentos para a produção, ii) a produção propriamente dita e iii) a pós-produção agropecuária; c) utilização de diferentes tipos de acesso à informação (imagens, mapas, vídeos, sons, bases de dados, textos, entre outros) e, quando em meio eletrônico, o acesso é facilitado por meio de três formas de recuperação: navegação em hipertexto, navegação gráfica por intermédio de árvore hiperbólica e na utilização do serviço de busca.

Essa área justifica-se como resposta à evolução tecnológica e às novas regras impostas pela globalização, que sinalizam no sentido de que o relacionamento das pessoas com as organizações será fortemente influenciado pela qualidade dos produtos e do interesse dos seus clientes, fornecedores, governo etc. Entre as mudanças provocadas pelo advento da Internet, a que mais está causando impacto nas organizações é a exigência dos clientes pela informação em tempo real.

**4) Apoio à Gestão do Agronegócio Associativo Inovativo**, com o intuito de: a) articulação de assessorias especializadas e temporárias nas áreas de gestão, organização, produção, agroindustrialização, processo de agregação de valor, comercialização e rentabilidade, por meio de visitas direcionadas, em termos de tema e de público, capacitação, estudos específicos e consultorias; b) apoio a estudos prospectivos sobre oportunidades de negócios inovativos para a agricultura familiar nos territórios.

Esta área de atividade do Núcleo tem por finalidade coordenar ações tendentes a incrementar e melhorar a capacidade de gestão dos negócios associativos de inovação dos produtores familiares, no território que ele abrange, o que significa apoiar a consolidação das organizações dos produtores, em condições de empreender e gerenciar negócios associativos, com vistas a expandir e melhorar a competitividade de seus produtos e rentabilidade, assim como dos estabelecimentos associados.

Esse apoio pode ser dado pelas organizações parceiras, como Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, MDA, Conab e Sebrae, por exemplo, mas em alguns casos pode requerer a presença de especialistas para formulação e encaminhamento de propostas mais específicas e que de fato possam responder adequadamente a determinados pontos de estrangulamento.

Nesses casos, o Núcleo daria a assessoria, cujo apoio pode ser dado por meio de visitas direcionadas, em termos de tema e de público, capacitação, estudos específicos e consultorias.

Vale dizer que tal apoio não se traduz em financiamento de projetos, mas em suporte à elaboração e avaliação de propostas a serem apresentadas às entidades financiadoras e órgãos de fomento. A difusão dessa linha de financiamento deverá ser feita no âmbito de todo o território de atuação dos Núcleos pelos meios de difusão que possibilitem que todos os potenciais beneficiários sejam informados, devendo ser divulgados os critérios de participação, o tipo de apoio que estará sendo proporcionado e a instância responsável pela seleção das propostas submetidas ao Núcleo.

## **RESULTADOS E IMPACTOS DOS NAFS NA DINÂMICA TERRITORIAL**

Os resultados mais visíveis dos NAFs estão associados às áreas de atuação do projeto, dados o monitoramento e a avaliação das ações realizadas em cada período. No entanto, a análise dos impactos na dinâmica social dos territórios se faz menos sistemática, uma vez que o projeto está em andamento. Do ponto de vista de realização de ações e alcance dos respectivos resultados, o projeto conta com avaliações convertidas em relatórios de acompanhamento a cada seis meses. Este procedimento permite a identificação dos principais gargalos, minimização das ameaças e aproveitamento das oportunidades surgidas. No que diz respeito aos impactos dos resultados dessas ações no território, há prevista na proposta de trabalho uma avaliação de impactos ao final do projeto. Além disso, em conformidade com o programado, em 2009 realizou-se uma avaliação de meio termo dos trabalhos realizados até então. Como ressalta Machado e Silva (2009), esse material permite por meio das respostas dos diferentes sujeitos sociais inseridos no território, conclusões sobre a consistência e a sustentabilidade das ações dos NAFs em curto, médio e longo prazo.

Como principais resultados alcançados 2009, têm-se no eixo de *Difusão e Promoção Tecnológica*: a) capacitação continuada de 1.744 técnicos e agricultores familiares, por meio da realização de 70 cursos, treinamentos, dias de campo e seminários nos quatro territórios assistidos pelo projeto; b) total de 53 intercâmbios envolvendo 6.927 técnicos e agricultores visando a conhecer experiências exitosas de transferência de tecnologia para agricultura familiar; c) produção e distribuição de nove tipos de material técnico e informativo.

No que se refere à *Agência de Informação para a Agricultura Familiar*, foram construídas as estruturas de três arvores do conhecimento (territoriais) e a adequação da linguagem de pelo menos 10% dos conteúdos identificados. A identificação desses conteúdos representa outro resultado dessa área, uma vez que foram mapeados diversos conteúdos (geográficos, sociais,



políticos, institucionais, tecnológicos) referentes aos territórios em 26 organizações (pesquisa, extensão, assessoria técnica, ONGs, administração pública, ensino, organizações de classe e associações de produtores) de atuação ou interesse nos territórios em questão. Além disso, no intuito de garantir a disponibilização adequada e na forma apropriada das informações disponíveis aos agricultores familiares, promoveu-se a incorporação de três “agentes de informação locais”. Esses agentes são profissionais com bom trânsito nas redes sociais dos agricultores familiares e instituições técnicas e políticas com repercussão nos territórios trabalhados. Tais colaboradores têm a função de selecionar e adaptar os conteúdos levantados para inserção nas árvores do conhecimento.

Em relação à *Promoção de Pesquisa e Gestão Tecnológica* se alcançou a concretização de três estudos-base (diagnóstico participativo nos três territórios, zoneamento de atividades agrícolas e tipologia dos agricultores familiares, com atualização dos dados por meio de diagnósticos rápidos participativos). Ainda foram elaborados conjuntamente com as organizações parceiras dos NAFs, tendo sido aprovados por fontes de apoio internas e externas, cinco projetos de P&D, transferência de tecnologia e de apoio ao desenvolvimento. Por fim, foram adaptados e validados conhecimentos e tecnologias de interesse dos agricultores familiares, por meio da implantação de 44 Unidades de Referência Tecnológica (URTs)<sup>15</sup>. As URTs constituíram-se em ferramenta inovadora para a transferência de tecnologias e processos para a agricultura familiar, respeitando as realidades dos agricultores e a cultura acumulada. Serviram de base para visitas técnicas, intercâmbios, reuniões, entre outras atividades coordenadas pela extensão rural.

Quanto ao eixo de *Apoio à Gestão do Agronegócio Associativo Inovativo* o projeto alcançou poucos resultados, dada a infraestrutura ainda incipiente dos NAFs e limitada participação das organizações parceiras nas ações desse eixo. Em virtude disto, obteve-se apenas a realização de seminários e oficinas sobre alternativas de desenvolvimento e avaliação de projetos inovadores.

No que concerne aos impactos gerados pelos NAFs no contexto territorial, considerando que o prazo de realizações do Componente 3 do Agrofuturo ainda está vigente, parece oportuno utilizar como fonte de informação a análise apresentada pela consultoria independente responsável pela Avaliação de Meio Termo.

---

15 Unidade de Referência Tecnológica (URT) é uma variante da metodologia de métodos complexos apresentada por Biasi ET al. (1978), utilizada para a difusão de tecnologia. [ver BIASI, C. A. F.; GARBOSSA NETO, A.; SILVESTRE, F. S.; ANZUATEGUI, I. A. **Métodos e meios de comunicação para a extensão rural**. Curitiba: ACARPA, 1978. 2 v.]. Uma URT é onde se desenvolve uma ou várias práticas com vistas à difusão de conceitos capazes de induzirem ao desenvolvimento de estratégia produtiva adaptada às condições particulares de cada sítio. Ao contrário de ser o modelo para a região, é, sim, uma referência tecnológica de como é possível utilizar os recursos da região (SILVA e BAGGIO, 2003).

Conforme Machado e Silva (2009), os NAFs, além de atingirem uma das principais finalidades do projeto – exercer função de instância técnica de planejamento e execução na articulação de ações da Embrapa e de instituições parceiras na transferência de tecnologias e socialização de conhecimentos – promoveram também a mobilização de instituições dos territórios onde atuam para a execução das demais políticas públicas com repercussão nesse espaço.

Os autores ainda destacam que o Componente 3 “consolida uma metodologia-piloto de transferência e socialização do conhecimento”, ou seja, por meio dos NAFs observa-se a institucionalização de uma instância técnica-executiva territorial, a qual atua em consonância com os colegiados territoriais. Os autores apontam, em alguns casos, o embrião de agências (de fomento) territoriais. Esta observação parte da constatação de que os mecanismos utilizados pelos NAFs potencializaram a atuação das organizações parceiras formais e informais nas regiões relacionadas, principalmente na capacitação de multiplicadores voltados ao apoio da construção de soluções para os mais relevantes pontos de estrangulamento da agricultura familiar.

Todavia, naquilo que se reporta a “sistematizar e disponibilizar, adequadamente, conhecimentos e tecnologias necessárias ao fortalecimento da agricultura familiar” os NAFs ainda não alcançaram resultados suficientes para alterar significativamente a realidade de acesso à informação por parte deste segmento social da agricultura. As árvores hiperbólicas ainda não foram disponibilizadas para o seu público alvo e, por isto, não há como mensurar o impacto dessa tecnologia.

Quanto ao ganho “econômico para o agricultor” gerado por essa experiência, cabe destacar a seguinte passagem do Relatório da Avaliação de Meio Termo:

Em todas as experiências, concretizou-se ou projeta-se um aumento do nível médio de renda das cadeias produtivas em que o Programa Agrofuturo atua, inovando ou implementando ações de infraestrutura...no Território do Nordeste Paraense, a percepção é um crescimento geral da renda média entre 15% e 20%, e nos Territórios do Sisal e Grande Dourados, acima de 20% (MACHADO e SILVA, 2009).

De forma geral, apesar de algumas limitações, os Núcleos – constituídos por parceiros com natureza e mandatos tão variados – conferem às iniciativas um caráter inovador, à medida que linhas de comunicação ágeis e capilarizadas se estabelecem entre os níveis federal e local, possibilitando aos territórios acesso às políticas públicas nacionais e às competências técnicas dispersas no território nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARONI, M. Ambigüidades e Deficiências do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v..32, n.2, p.14-24, abr/jun, 1992.
- BAUDEL WANDERLEY, Maria Nazaré. A ruralidade no Brasil moderno: por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** GIARRACCA, N. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acesso em 8 de maio de 2010.
- BLUM, Rubens. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Missão da SDT. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=532>. Acesso em: 15 de setembro de 2009.
- DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, 6 (1-2), jan-jun/1992.
- EMBRAPA. **Projeto: Componente 3 - Núcleos piloto de informação e gestão tecnológica para a Agricultura Familiar**. Brasília: Embrapa/ARN/CRI, 2004. 26 p.
- FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento Rural: Concepções e Referências para a Proposição de Políticas Públicas de Desenvolvimento nos Territórios Rurais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 15, ano XV, p. 128-164, jan/jun. 2008.
- GOMES, G. M. Comunicação, cultura e participação: reflexões sobre a construção do desenvolvimento territorial na região sisaleira da Bahia. **Unirevista**, vol. 1, nº 3, jul. 2006. 11p. Disponível em: [www.unirevista.unisinos.br](http://www.unirevista.unisinos.br). Acesso em: 10 nov. 2007.
- MACHADO, Gustavo B. e SILVA, Edna M. **Relatório de Avaliação de Meio Termo do Componente 3 do Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária (AGROFUTURO)**. Documento não publicado. Apresentado à Embrapa em novembro de 2009.
- MONTOYA, Marcos A. e GHILLHOTO, Joaquim J. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.
- NASCIMENTO, Petula P.; MARTINS, Maria Amália G.; SICOLI, Assunta H.; SILVA JUNIOR, Cléber Dias; BALSADI, Otávio V. **Abordagem territorial nos projetos da Embrapa com a agricultura familiar**. Texto apresentado no IV SOBER Nordeste, Campina Grande, 2009.
- PERICO, R. afael E. Identidade e Território do Brasil. Brasília: IICA, 2009.

SAYAGO, D.A.V. **Programa Agrofuturo/Componente 3 - Linha de Base:** Território Grande Dourados/MS, Território do Sisal/BA e Território do Nordeste Paraense/PA. Brasília: Embrapa, 2007. 170p.

SILVA, Porfírio V. e BAGGIO. Amilto J. **Como estabelecer com sucesso uma unidade de referência tecnológica em sistema silvipastoril.** Colombo: Embrapa Florestas, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Análise territorial da Bahia rural – relatório final do diagnóstico. In: **Análise Territorial da Bahia rural.** Salvador, n. 71, 2004.

TRENTIN, I. C. L. & WESZ JUNIOR, V. J. Desenvolvimento territorial rural com agroindústrias familiares. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER): “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”, **Anais...** Ribeirão Preto (SP), 24 a 27 de Julho de 2005. Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/468.pdf> . Acessado em: 10 de junho de 2010.